

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("BV Financeira") relativas aos semestres encerrados em 30 de Junho de 2013 (1513) e 2012 (1512), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.
A BV Financeira, focada nas modalidades de financiamento de veículos e crédito consignado, está bem posicionada para capturar oportunidades de mercado, por meio de uma extensa rede de distribuição própria e terceirizada em todo o território nacional e de sua parceria estratégica com o Banco do Brasil (BB), atuando como extensão do BB para realização de financiamentos de veículos fora do ambiente de agências.
Com o propósito de enfrentar os desafios impostos pelo novo contexto econômico-regulatório e aumento da inadimplência de mercado, desde 2011 a BV Financeira iniciou a implantação de uma Agenda de Mudanças voltada principalmente ao aprimoramento de políticas, processos e modelos de crédito, além de ações para redução de despesas e aumento de eficiência operacional. Ao longo do 1513, a BV Financeira avançou de forma concreta na implantação dessa Agenda de Mudanças, obtendo importantes conquistas, como:

i) manutenção da qualidade e escala na originação de financiamentos de veículos há mais de 18 meses; ii) queda consistente da inadimplência acima de 90 dias, com destaque para o indicador de atraso da carteira gerenciada de veículos leves que recuou para 6,8% em Jun.13, ante 9,5% em Jun.12; e iii) redução contínua das despesas com provisões de crédito.
Adicionalmente, no 1513 a BV Financeira manteve a priorização de sua produção em vendas (veículos usados) para a carteira própria, no qual possui reconhecida expertise, e iniciou a operação piloto do modelo de originação direta de ativos de crédito ao BB. Nesse novo modelo, focado em concessionárias, a BV Financeira receberá comissão pela originação de financiamentos de veículos novos para clientes BB, os quais serão registrados diretamente no balanço do acionista.
Diante da qualidade das safras recentes, no 1513 a BV Financeira expandiu em 22% o volume de originação de financiamentos de veículos em relação ao 1512, confirmando sua posição de líder no financiamento de veículos leves usados, com 22,5% de participação neste mercado em Jun.13.
No 1513, a BV Financeira registrou resultado negativo de R\$ 449 milhões (R\$-1.412 milhões no 1512), impactado pelos seguintes fatores: i) despesas com provisões de crédito ainda elevadas, principalmente

devido à inadimplência das carteiras de veículos originadas entre Jul.10 e Set.11, que possuem qualidade inferior à média histórica e que ainda representam 38% da carteira gerenciada de veículos; e ii) despesas com liquidação antecipada e provisões de crédito das carteiras cedidas com cobertura até Dez.11. Já o resultado bruto da intermediação financeira por sua vez, somou R\$ 320 milhões no 1513, recuperação de mais de R\$ 1,5 bilhão frente ao 1512.
Mesmo ainda sob um contexto de resultados negativos, as despesas com provisões de crédito da BV Financeira atingiram R\$ 1.566 milhões no 1513 ante R\$ 2.670 milhões no 1512, redução explicada principalmente pelo aumento gradual da participação das carteiras originadas até Jun.10 e após Set.11, que possuem melhor qualidade de crédito e já representam 62% da carteira gerenciada de veículos.
A Administração da BV Financeira agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 07 de agosto de 2013.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

Ativo	30/06/2013	30/06/2012	Passivo	30/06/2013	30/06/2012
Circulante	21.031.197	17.673.707	Circulante	40.804.794	31.285.572
Disponibilidades	68.475	56.625	Depósitos	28.487.314	24.193.262
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.073.379	546.726	Depósitos interfinanceiros	28.487.314	24.193.262
Carteira própria	295.021	6.129	Captações no mercado aberto	5.613.571	4.602.591
Vinculados a compromissos de recompra	2.768.506	515.492	Carteira própria	5.613.571	4.602.591
Vinculados à prestação de garantias	9.852	25.105	Relações interdependências	2.919	24
Operações de crédito	15.988.844	14.742.330	Transferências internas de recursos	2.919	24
Setor privado	14.067.789	16.843.303	Outras obrigações	6.700.990	2.489.695
Operações de crédito vinculadas à cessão	3.660.400	41.311	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.343	6.531
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(1.739.345)	(2.142.284)	Sociais e estatutárias	57.549	39.678
Outros créditos	1.717.690	2.136.247	Fiscais e previdenciárias	60.597	956.757
Rendas a receber	8.644	2.738	Negociação e intermediação de valores	-	4.864
Negociação e intermediação de valores	59.050	-	Diversas	6.576.501	1.481.865
Diversos	1.649.996	2.133.509	Exigível a longo prazo	7.950.692	13.440.611
Outros valores e bens	182.809	191.779	Depósitos	608.785	13.282.466
Outros valores e bens	140.636	133.805	Depósitos interfinanceiros	608.785	13.282.466
Provisões para desvalorizações	(13.085)	(9.091)	Outras obrigações	7.341.907	158.145
Despesas antecipadas	55.258	67.065	Fiscais e previdenciárias	1.318.594	12
Realizável a longo prazo	30.033.025	29.166.150	Negociação e intermediação de valores	3.247	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	8.774.189	7.955.147	Diversas	6.020.066	158.133
Carteira própria	5.157.144	2.602.580	Patrimônio líquido	2.420.647	2.229.674
Vinculados a compromissos de recompra	2.848.515	4.177.603	Capital	-	-
Vinculados à prestação de garantias	768.530	1.174.964	De domiciliados no País	5.845.718	3.845.718
Operações de crédito	17.289.196	17.715.018	Ajustes de avaliação patrimonial	(124.336)	148.639
Setor privado	13.326.499	18.959.300	Prejuízos acumulados	(3.300.735)	(1.764.683)
Operações de crédito vinculadas à cessão	4.852.132	55.460			
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(889.435)	(1.299.742)			
Outros créditos	3.269.167	2.646.086			
Diversos	3.269.167	2.646.086			
Outros valores e bens	700.483	849.899			
Despesas antecipadas	700.483	849.899			
Permanente	111.901	116.000			
Investimentos	42.384	31.426			
Outros investimentos	59.259	59.259			
Provisão para perdas	(16.875)	(27.833)			
Imobilizado de uso	52.943	67.489			
Outras imobilizações de uso	104.503	112.126			
Depreciações acumuladas	(51.560)	(44.637)			
Intangível	16.491	16.762			
Ativos intangíveis	29.869	24.870			
Amortização acumulada	(13.378)	(8.108)			
Diferido	83	323			
Gastos de organização e expansão	6.302	8.028			
Amortização acumulada	(6.219)	(7.705)			
Total do ativo	51.176.133	46.955.857	Total do passivo	51.176.133	46.955.857

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de Capital	Legal	Expansão			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	845.718	-	-	-	(9.851)	(352.470)	483.397
Aumento de Capital	3.000.000	-	-	-	-	-	3.000.000
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	158.490	-	158.490
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(1.412.213)	(1.412.213)
Saldos em 30 de junho de 2012	3.845.718	-	-	-	148.639	(1.764.683)	2.229.674
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.845.718	-	-	-	132.264	(2.851.294)	3.126.688
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(256.600)	-	(256.600)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(449.441)	(449.441)
Saldos em 30 de junho de 2013	5.845.718	-	-	-	(124.336)	(3.300.735)	2.420.647

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional
A BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é uma Companhia de Capital fechado, operando na forma de financeira, principalmente, na realização de operações de financiamento de veículos e créditos consignados.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
2 Apresentação das Demonstrações Contábeis
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).
Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/2007, complementada pela Lei nº 11.941/2009, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do CMN. As alterações aprovadas pelo CMN foram:
• Os procedimentos observados no Pronunciamento Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na qual que não conflitar com as normas emitidas pelo CMN ou pelo Banco Central do Brasil - CPC-00 (R1);
• Os procedimentos de mensuração do valor recuperável de ativos - CPC-01 (R1);
• A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa em substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - CPC-03 (R2);
• A divulgação em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de informações sobre partes relacionadas - CPC-05 (R1);
• Pagamento baseado em ações - CPC-10 (R1);
• Definição de critérios para seleção, alteração e divulgação de políticas contábeis, para as alterações nas estimativas contábeis e para as retificações de erros - CPC-23;
• Eventos subsequentes - CPC-24; e
• Os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes - CPC-25.
Foi aplicado ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Banco Central do Brasil, conforme determina a regulamentação vigente:
• Demonstração do Valor Adicionado - CPC-09.
a. Reclassificações
Foram efetuadas reclassificações nos saldos de 30 de junho de 2012 no Balanço Patrimonial, visando permitir a comparabilidade das Demonstrações Contábeis. A BV Financeira passou a registrar os valores dos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias pelo valor líquido de suas obrigações fiscais diferidas de acordo com a Resolução nº 3.059/2002. As principais reclassificações foram:

	Divulgação anterior	Reclassificações	Saldo reclassificado
Outros créditos - Diversos - Créditos tributário de impostos e contribuições	2.872.176	(742.097)	2.130.079
Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias - Provisões para impostos e contribuições diferidos	742.097	(742.097)	-

b. Mudança na política contábil
No segundo semestre de 2012, baseado no pressuposto do regime de competência e no confronto das despesas com as respectivas receitas apuradas com bases individuais dos contratos de crédito, foi necessário alterar o critério contábil aplicado para os custos associados com a produção de empréstimos e financiamentos, incorridos após a originação da operação, passando a registrá-los em despesas no momento em que são pagos.
A mudança na política contábil afetou os Balanços Patrimoniais da Companhia, bem como as Demonstrações de Resultados, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações de Valor Adicionado referentes aos períodos apresentados. Com vistas a manter a comparabilidade das Demonstrações Contábeis e em atendimento ao CPC 23 (Resolução nº 4.007/2011 do CMN) estamos apresentando, nesse momento, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2012 com os ajustes abaixo:

	Saldo publicado anteriormente	Ajustes	Saldo ajustado
Em 30 de junho de 2012			
Ativo			
Outros créditos - Diversos - Impostos e contribuições a compensar	143.892	143.939	287.831
Outros créditos - Diversos - Custos associados à produção de operações de crédito	104.101	(104.101)	-
Outros valores e bens - Despesas antecipadas - Comissões por intermediação de operações	1.072.540	(226.389)	846.151
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	(1.578.132)	(186.551)	(1.764.683)
Efeito no Patrimônio líquido	2.416.225	(186.551)	2.229.674
Resultado			
Outras receitas operacionais	16.968	6.745	23.713
Outras despesas operacionais	(272.216)	44.726	(227.490)
Provisão para Imposto de Renda	(216.317)	(12.868)	(229.185)
Provisão para Contribuição Social	(129.790)	(7.721)	(137.511)
Efeito no resultado	(1.443.095)	30.882	(1.412.213)

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 07 de agosto de 2013.

3 Gerenciamento de riscos
A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.
O processo de gerenciamento de riscos conta com políticas em linha com as melhores práticas de mercado e está em consonância com as diretrizes definidas pelo CMN. Sua abrangência é no âmbito das instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim ("Conglomerado").
Foram implementados procedimentos, políticas e sistemas de gestão capazes de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos negócios do Conglomerado, proporcionando à Administração uma visão de todos os riscos incorridos.
Risco de mercado
O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas pelo Conglomerado. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação das taxas de juros, das paridades cambiais, dos preços de ações e de commodities. A gestão é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à tesouraria.
Os princípios básicos adotados para o gerenciamento deste risco são:
• Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
• Segregação de carteiras: para efeito de gestão e do controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas, conforme a sua estratégia de negócio em carteira *trading* (negociação) ou carteira *banking* (não negociação);
• Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e pela definição de estratégias de negócio. As áreas responsáveis pela contabilização das operações, pelo controle de riscos, pelo *compliance* e controles internos e pela auditoria estão estruturadas com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes às suas funções;

• Definição clara de atribuições: definição dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de mercado, proporcionando uma gestão operacional organizada e eficiente;
• Definição de metodologias de precificação e cálculo de riscos: para efeito do controle de riscos são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em melhores práticas de mercado;
• Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base nas medidas de risco, com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pelo Conselho de Administração;
• Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados; e
• O Conglomerado realiza operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos, atuando em mercados organizados e de balcão, com o objetivo de possibilitar uma gestão de risco de mercado adequada à sua política. Estes instrumentos são utilizados para hedge de posições, para atender demandas de contrapartes e como meio de reversão de posições em momentos de grandes oscilações.
Risco operacional
O risco operacional é definido como o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos ao Conglomerado - inclui o risco legal, porém exclui o risco de estratégia e o risco de reputação.
Os princípios básicos observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco operacional estão em conformidade com a regulamentação vigente do Banco Central do Brasil e com as melhores práticas de mercado:
• Envolvimento da Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos através dos comitês e comissões estabelecidos;
• Mapeamento dos processos operacionais e sistêmicos, mapeamento de controles existentes e análise dos riscos inerentes e residuais;
• Captura de perdas operacionais e manutenção de base de dados estruturada com informações referentes aos eventos;
• Análise, comunicação e implantação de planos de ação para melhoria de processos e controles para mitigação dos riscos incorridos; e
• Cálculo de Capital Alocado para risco operacional a partir de metodologias estruturadas e adequadas em relação às exigências regulatórias.

Risco de crédito
O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
Os princípios básicos que são observados na gestão e controle de riscos de crédito estão em conformidade com a regulamentação vigente e as melhores práticas de mercado:

• Manuais e documentos contendo a estrutura organizacional, produtos, políticas corporativas, normas e procedimentos contendo fluxos e regras relacionados aos processos de governança, negócios e suporte de crédito;
• Adequado ambiente tecnológico englobando o ciclo de crédito com um fluxo de sistemas desde a admissão, acompanhamento e monitoramento até a reestruturação de crédito;
• Processo de validação cobrindo os riscos envolvidos em sistemas, acurácia dos modelos para cálculo e qualidade dos dados processados, bem como a abrangência dos documentos;
• Estrutura de comitês e alçadas de aprovação de crédito;
• Critérios e procedimentos de seleção de clientes e prevenção à lavagem de dinheiro;
• Normas de análise e concessão de crédito;
• Procedimentos de análise, aprovação e liberação de novos produtos com risco de crédito;
• Classificação da carteira em níveis de risco, ponderando o *rating* dos clientes, as garantias envolvidas, os prazos e os atrasos das operações;
• Classificação e análise de risco país;
• Acompanhamento de concentrações geográficas, setoriais e de grupos econômicos, bem como monitoramento dos limites internos e regulatórios definidos dentro das políticas e normas;
• Gestão de limites e risco de crédito de contraparte de instrumentos financeiros derivativos;
• Avaliação do risco em operações de venda ou transferência de ativos;
• Procedimentos formalizados contemplando o fluxo de recuperação de créditos;
• Estabelecimento de limites de exposição para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado (grupo com interesse econômico comum) e de tomadores ou contrapartes com características semelhantes;
• Controle de garantias e instrumentos de mitigação de risco de crédito;
• Monitoramento da carteira ativa de crédito com sinais de alerta que possam influenciar a performance operacional ou financeira dos clientes, minimizando o risco de perdas;
• A instituição conta com modelos de testes de estresse para as carteiras de crédito, tanto para o varejo quanto para o atacado. Ambos os modelos passaram por revisão e encontram-se em processo de validação;
• Emissão de relatórios gerenciais periódicos para a Alta Administração, com indicadores do desempenho do gerenciamento do risco em decorrência das políticas e estratégias adotadas; e
• Procedimentos documentados de exceções à política.

Risco de liquidez
A gestão do risco de liquidez visa organizar, avaliar e monitorar o controle do risco de liquidez do Conglomerado Financeiro Votorantim, estabelecendo os processos, ferramentas e limites necessários para a geração e análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de tolerância ao risco estabelecidos pela Alta Administração.

Princípios Básicos:
• Os princípios básicos que são observados pelo Conglomerado na gestão e controle do risco de liquidez estão em conformidade com a Resolução nº 4.090/2012 do Conselho Monetário Nacional e as melhores práticas de mercado;
• Envolvimento da Alta Administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
• Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, *compliance* e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
• Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de liquidez está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
• Definição de metodologias para construção de cenários: são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em melhores práticas de mercado, que visam incorporar a dinâmica da contratação de novas operações e da liquidação das carteiras existentes;
• Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base em métricas de riscos, estruturadas com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pelo Conselho de Administração;
• Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados; e
• Plano de contingência de liquidez: a Instituição possui Manual de Acionamento do Plano de Contingência de Liquidez, com a atribuição de papéis e responsabilidades em caso de situação de crise de liquidez.
Governança e Comissões de Gestão e Controle
O acompanhamento das atividades de gerenciamento do risco de liquidez é parte integrante das atribuições dos seguintes órgãos colegiados, com definição clara de atribuições, composição e periodicidade:
• Conselho de Administração: responsável por fixar as diretrizes fundamentais da política geral do Conglomerado, verificar e acompanhar a sua execução;
• Comitê Executivo: responsável por discutir e acompanhar temas recorrentes do negócio abordados nos comitês e comissões operacionais e revisar continuamente a estrutura de governança interna a fim de promover melhorias e aprovar os eventuais ajustes e modificações nos comitês, comissões e subcomissões operacionais da governança interna;
• Comitê de ALM, Riscos e Capital: responsável por analisar e ratificar as propostas encaminhadas para aprovação pelas comissões subordinadas e encaminhá-las ao Comitê Executivo no que se

RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	2013	2012
Operações de crédito	3.971.012	3.545.535
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.187.121	3.533.330
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	589.348	433.977
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	(605.406)	(422.840)
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	799.949	1.068
Despesas da intermediação financeira	(3.650.708)	(4.774.123)
Operações de captação ao mercado	(1.437.617)	(2.104.427)
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	(647.071)	-
Operações para créditos de liquidação duvidosa	(1.566.020)	(2.669.704)
Resultado bruto da intermediação financeira	320.304	(1.228.596)
Outras receitas / (despesas) operacionais	(1.019.651)	(918.703)
Receitas de prestação de serviços	27.590	21.151
Rendas de tarifas bancárias	244.512	242.037
Despesas de pessoal	(261.006)	(257.552)
Outras despesas administrativas	(552.869)	(578.886)
Despesas tributárias	(186.150)	(141.676)
Outras receitas operacionais		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhões de Reais)

4 Principais práticas contábeis

a. Apuração e resultado
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia, calculadas com base no método exponencial.

b. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em operações compromissadas - posição bancada, cujo vencimento das operações, na data da aplicação, seja de até 90 dias.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados.

d. Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são registrados do seguinte modo e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

i. Títulos para negociação - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

ii. Títulos disponíveis para venda - Títulos que não se enquadrariam para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

iii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos adquiridos com a intenção de aplicação financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado.

A metodologia de avaliação a mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e metodológicos, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração, ou na falta deste, o valor de ajuste de realiação das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados "pro rata" dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

e. Instrumentos financeiros derivativos
Em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como "hedge" de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou na falta deste, por modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade, utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

i. Hedge de risco de mercado - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de hedge, tem seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e

ii. Hedge de fluxo de caixa - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria tem seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do Patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os instrumentos que não atendam aos critérios de hedge tem seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

No momento da designação inicial do hedge, a Administração formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge, considerando métodos de cálculo convencionais e consagrados. A Administração faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento, como continuamente, para verificar se existe uma expectativa que os instrumentos sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual é designado, e se os resultados reais estão dentro da faixa de 80-125 por cento, conforme previsto na regulamentação vigente.

Para os itens objeto que deixaram de cumprir o programa de hedge e permanecem registrados no Balanço Patrimonial, quando permitido, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, períodos de atraso, grupo econômico observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da relação e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. Nos casos em que há ações revisionais em andamento, admite-se classificação inferior ao risco observado através da inadimplência da operação, uma vez que comprovado em extrato dos bancos depositórios o recebimento de valor necessário à quitação de todo ou parte do débito, em conta discriminada a favor do Conglomerado. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 (sessenta) dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 (cento e oitenta) dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, conforme as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. As operações de crédito, que são objetos de hedge de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados, quando positivos, em Outras créditos - Diversos, e, quando negativos, em Outras obrigações - Diversas, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

O resultado das cessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, foi apurado na data da cessão, reconhecidas integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedidas com coobrigação, a Administração constituiu provisão para perdas, registrada em Outras obrigações - Diversas. A partir de 01 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no balanço da Companhia; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do balanço da Companhia.

g. Despesas antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

h. Estimativas contábeis
A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação de ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos pelo seu justo valor, análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise sobre passivos contingentes. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente ou quando houver indicio de redução do valor recuperável.

Os principais valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis por meio das estimativas estão incluídos nas seguintes Notas Explicativas:

- nº 7 - Títulos e valores mobiliários;
- nº 8 - Instrumentos financeiros derivativos;
- nº 9 - Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- nº 40 - Ativos e passivos contingentes e obrigações legais.

i. Ativo permanente
i. Os investimentos permanentes são demonstrados pelo seu custo de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável;
ii. O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:
• Instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%;
• Sistemas de comunicação, segurança e transporte - 10%; e
• Sistemas de processamento de dados - 20%.
iii. O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da respectiva amortização, composto, basicamente, por gastos em imóveis de terceiros até 30 de setembro de 2008. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Durante o período, não houve aquisições em decorrência da regulamentação vigente; e
iv. O ativo intangível inclui os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Os ativos intangíveis são deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

j. Benefícios a empregados
Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

Para o Programa de incentivo de curto e longo prazo elegíveis aos diretores e membros do Conglomerado, é oferecida a oportunidade de investir em "ações virtuais" da Companhia. A atualização dos valores a serem pagos conforme vencimentos de carências no período de um a no máximo quatro anos, da data da concessão, estão registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para despesas de pessoal" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos".

k. Tributos
Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
PIS / Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

(a) Alíquota aplicada às empresas financeiras. As demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(b) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativa, a alíquota do PIS / Pasep é de 1,65% e da COFINS é de 7,6%.

Os ativos financeiros (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos em sua respectiva legislação, bem como os procedimentos de controle e documentação.

l. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

i. Ativos contingentes - São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;

ii. Passivos contingentes - São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem reconhecimento e divulgação; e

iii. Obrigações legais - São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

m. Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base "pro rata" dia).

5 Composição de caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2013	30/06/2012
Disponibilidades	68.475	56.625
Total	68.475	56.625

6 Disponibilidades

	30/06/2013	30/06/2012
Caixa	29	32
Depósitos bancários	67.649	56.274
Disponibilidades em moedas estrangeiras	797	319
Total	68.475	56.625

7 Títulos e valores mobiliários
Composição por categoria

	30/06/2013			30/06/2012		
	Valor de mercado (contábil)	Perda / Ganho / realizado	Valor de mercado (contábil)	Perda / Ganho / realizado	Valor de mercado (contábil)	Perda / Ganho / realizado
Títulos para negociação						
Letras Financeiras do Tesouro	10.274	10.280	6	26.508	26.531	23
Total	10.274	10.280	6	26.508	26.531	23
	30/06/2013			30/06/2012		
Títulos disponíveis para a venda						
Letras do Tesouro Nacional	10.367.268	10.158.102	(209.166)	5.817.408	6.034.512	217.104
Notas do Tesouro Nacional	509.567	511.506	1.939	506.893	537.520	30.627
Cotas de Fundos de Invest.	(a)	1.167.680	1.167.680	-	1.903.310	1.903.310
Total	12.044.515	11.837.288	(207.227)	8.227.611	8.475.342	247.731

(a) A BV Financeira possui 100% das cotas do Fundo de Investimento Nióbio I Renda Fixa - Crédito Privado, o qual possui em sua carteira as cotas dos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios apresentados na nota explicativa 9g.

Em 30 de junho de 2013 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários e não existem títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

8 Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição dos contratos de futuros por indexador

	30/06/2013	30/06/2012
Compromisso de venda		
DI	33.205.266	42.929.939
Total	33.205.266	42.929.939

b. Títulos dados em garantia

	30/06/2013	30/06/2012
Outros		
Letras do Tesouro Nacional	768.531	1.174.964
Letras Financeiras do Tesouro	9.851	25.105
Total	778.382	1.200.069

c. Composição de instrumentos financeiros derivativos utilizados em estratégias de hedge

	30/06/2013	30/06/2012
Instrumentos de hedge		
Passivo		
Futuros	33.205.266	41.526.388
Total	33.205.266	41.526.388

Itens objeto de hedge

	30/06/2013	30/06/2012
Ativo		
Operações de crédito	32.098.026	42.903.628
Total	32.098.026	42.903.628

d. Hedge contábil

Hedge de risco de mercado

	Objeto de hedge		Instrumentos de hedge	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
	Valor de mercado	Perda / Ganho / realizado	Valor de mercado	Valor de mercado

Estratégias / Riscos

Hedge de operações de crédito / taxas

pré-fixadas	32.098.026	(170.841)	42.903.628	Futuro DI	33.205.266	41.526.388
-------------	------------	-----------	------------	-----------	------------	------------

A efetividade verificada na carteira de hedge encontrava-se em conformidade com o estabelecido na regulamentação vigente.

Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos e dos objetos de hedge

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Perdas dos itens objeto de hedge	(958.054)	-
Ganhos dos instrumentos de hedge	1.001.902	-
Efeito líquido	43.848	-
Ganhos dos itens objeto de hedge	14.701	1.305.469
Perdas dos instrumentos de hedge	(171.546)	(1.285.220)
Efeito líquido	(23.845)	20.249

9 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição das operações por modalidade e parcelas vencidas e vincendas

	30/06/2013	30/06/2012
Empréstimos	5.643.315	7.258.611
Financiamentos	21.750.973	28.543.992
Operações de crédito vinculadas a cessões	8.512.532	96.771
Total de operações de crédito	35.906.820	35.899.374
Parcelas vencidas (a partir de 15 dias)	1.124.917	1.895.518
Parcelas vincendas	34.781.903	34.003.856
Total de parcelas	35.906.820	35.899.374

b. Concentração das operações

	30/06/2013	30/06/2012
Dez maiores devedores	3.627	5.697
Cinquenta seguintes maiores devedores	11.983	18.110
Cem seguintes maiores devedores	40.082	26.170
Demais clientes	35.851.128	35.849.397
Total	35.906.820	35.899.374

c. Composição das operações por setor de atividade econômica

	30/06/2013	30/06/2012
Pessoas jurídicas		
Sector privado		
Indústria	127.064	163.870
Comércio	497.042	726.998
Serviços	536.265	659.205
Total	34.746.451	34.349.301
Pessoas físicas		
Total	35.906.820	35.899.374

d. Composição das operações e da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco e tipo de carteira

	30/06/2013	30/06/2012
Níveis de risco		
AA	-	767.508
A	0,5	18.914.279
B	1	5.390.841
C	3	4.641.294
D	10	161.221
E	30	76.737
F	50	42.875
G	70	38.817
H	100	29.469
Total	30.063.041	5.843.779
Provisão		
Provisão mínima requerida	-	7.3%
Provisão existente	7.3%	9,6%

Provisão para empréstimos

	30/06/2013	30/06/2012
Provisão para empréstimos	453.015	583.791
Provisão para financiamentos	2.067.744	2.857.751
Provisão para operações de crédito cedidas após 01 de janeiro de 2012	108.021	484
Total	2.628.780	3.442.026

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Saldo inicial		
Saldo inicial	3.145.484	3.322.495
Créditos / (Reversões)	1.566.020	2.669.704
Baixas para prejuízo	(2.082.724)	(1.550.173)
Saldo final	2.628.780	3.442.026

f. Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011

Em 30 de junho de 2013, a BV Financeira apurou despesas de liquidação antecipada reconhecidas integralmente em contas de resultado de R\$ 158.331 (R\$ 131.874 em 2012), e receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 32.579 (despesas de R\$ 11.835 em 2012), referente às cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011. Foi constituído provisão para perdas com créditos cedidos no montante de R\$ 269.419 (R\$ 242.910 em 2012), registrados na rubrica Outras obrigações - Diversas.

	30/06/2013	30/06/2012
Saldo das coobrigações com cessões de crédito		
Instituições Financeiras - Partes relacionadas	7.008.529	13.193.281
Outras Instituições Financeiras	197.763	534.354
Total	7.206.292	13.727.635

g. Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012

No período findo em 30 de junho de 2013, foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios, para partes relacionadas e fundos de investimento em direitos creditórios, dos quais a BV Financeira (através de aplicações em cotas de fundos de investimento multimercado), detem 100% das cotas subordinadas, demonstrados abaixo:

	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida
BV Financeira FIDC II	132.099	139.017
BV Financeira FIDC III		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de Reais)

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
24 Receitas de operações de crédito		
Empréstimos	1.056.438	918.377
Financiamentos	2.417.729	2.934.696
Resultado de cessões de crédito - Cessão do período	-	365
Resultado de cessões de crédito - Liquidação antecipada	(158.331)	(131.874)
Recuperação de créditos baixados	167.238	81.943
Outras	(295.953)	(270.177)
Total	3.187.121	3.533.330

(a) Referem-se basicamente às receitas e aos custos associados à produção de operações de crédito.

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
25 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		
Aplicações em operações de comprimeissadas	8	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	584	-
Títulos de renda fixa	473.267	265.464
Aplicações em fundos de investimento	115.476	168.491
Ajustes ao valor de mercado	13	22
Total	589.348	433.977

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
26 Resultado com instrumentos financeiros derivativos		
Contratos de futuros	859.543	(1.288.083)
Ajustes ao valor de mercado dos itens objetos de hedge	(1.464.949)	865.243
Total	(605.406)	(422.840)

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
27 Despesas de operações de captação no mercado		
Depósitos interfinanceiros	(1.292.777)	(2.049.116)
Operações compromissadas	(144.840)	(55.311)
Total	(1.437.617)	(2.104.427)

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
28 Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Empréstimos e títulos descontados	(221.179)	(380.280)
Financiamentos	(1.263.242)	(2.289.424)
Operações de crédito cedidas após 01 de janeiro de 2012	(81.599)	-
Total	(1.566.020)	(2.669.704)

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
29 Receitas de prestação de serviços		
Transações de cartão de crédito	15.390	12.090
Comissão de corretagem de seguros	9.726	7.768
Rendas com serviços bancários	55	262
Outras	2.419	1.031
Total	27.590	21.151

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
30 Receitas de tarifas bancárias		
Pessoa física	241.990	237.615
Confecção de cadastro	320.398	146.352
Aditamentos contratuais	1.806	5.193
Avaliação de bens	86.906	69.002
Cartões de crédito	22.880	16.772
Outras	-	296
Pessoa jurídica	2.528	4.422
Confecção de cadastro	1.738	3.326
Avaliação de bens	474	1.096
Total	244.512	242.037

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
31 Despesas de pessoal		
Honorários	(1.471)	(2.688)
Benefícios	(41.291)	(53.341)
Encargos sociais	(49.932)	(45.754)
Proventos	(167.900)	(155.250)
Treinamentos	(412)	(519)
Total	(261.006)	(257.552)

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
32 Outras despesas administrativas		
Água, energia e gás	(948)	(1.451)
Aluguéis	(29.315)	(41.372)
Comunicações	(6.129)	(32.937)
Manutenção e conservação de bens	(27.194)	(4.764)
Materiais	(682)	(712)
Processamento de dados	(48.200)	(47.650)
Promoções e relações públicas	(393)	(609)
Publicações	(130)	(116)
Propaganda e publicidade	(659)	(1.624)
Seguros	(5.454)	(5.048)
Serviços do sistema financeiro	(55.610)	(66.944)
Serviços de terceiros	(4.932)	(3.827)
Vigilância e segurança	(1.093)	(1.279)
Serviços técnicos especializados	(192.422)	(185.166)
Transportes	(4.285)	(6.764)
Viagens	(2.076)	(1.831)
Amorlamentos judiciais e cartorários	(117.500)	(117.144)
Amortização	(2.703)	(2.751)
Depreciação	(5.724)	(6.424)
Outras	(47.420)	(50.473)
Total	(552.869)	(578.886)

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
33 Despesas tributárias		
ISS	(12.387)	(13.111)
PIS	(17.842)	(12.417)
COFINS	(114.800)	(76.410)
Tributos federais	(13.345)	(2.152)
Tributos estaduais	(5)	-
Tributos municipais	(975)	(1.625)
Atualização de passivos fiscais	(26.457)	(33.321)
Outras	(339)	(2.640)
Total	(186.150)	(141.676)

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
34 Outras receitas operacionais		
Correção monetária de depósitos judiciais	9.505	10.367
Varição monetária ativa	2.102	11.747
Reversão de provisão de passivos contingentes	69	1.399
Resarcimento de custos associados	200	200
Resultado de provisão de gratificação	10.555	-
Outras	3.415	-
Total	25.846	23.713

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
35 Outras despesas operacionais		
Depósitos judiciais	(32)	(4.807)
Indenizações cíveis	(98.050)	(81.687)
Provisão para passivos contingentes	(179.244)	(163.446)
Outras	(40.248)	22.450
Total	(317.574)	(227.490)

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
36 Resultado não operacional		
Resultado de bens não de uso	(29.538)	(90.421)
Investimentos por incentivos fiscais	-	4.253
Outros	9.219	750
Total	(20.319)	(85.418)

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
37 Imposto de Renda e Contribuição Social		
a. Encargos devidos sobre as operações		
Prejuízo antes do Imposto de Renda, da Contribuição Social e das Participações Encargos à alíquota nominal vigente	(719.666)	(2.232.717)
Adições / (Exclusões)	287.866	893.087
Prejuízo fiscal	(390.774)	(913.676)
Base negativa	-	(59.690)
Ajuste a mercado de TVM	6	10
Ajuste a mercado de derivativos	484.012	(317.121)
Ajuste a mercado de operações de crédito	(588.075)	346.097
Provisão para perdas com créditos cedidos	14.397	4.734
Participações nos lucros e resultados	15.782	47.191
Programa de remuneração variável	(529)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(223.707)	(821.826)
Provisão para contingências	(71.637)	(64.818)
Provisão para obrigações fiscais	(33.170)	-
Adições e exclusões permanentes e incentivos fiscais	1.527	(1.796)
Outras	10.620	(9.305)

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	(102.908)	(20.589)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	351.290	(346.107)
Imposto de Renda e Contribuição Social total	248.382	(366.696)

b. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos com efeito sobre o resultado no período

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Crédito tributário		
Adições / (Exclusões)		
Prejuízo fiscal	-	59.690
Base negativa	-	37.152
Ajuste a mercado de derivativos	(315.566)	317.121
Ajuste a mercado de TVM	(3)	-
Ajuste a mercado de operações de crédito	68.336	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	223.707	821.826
Provisão para perdas com créditos cedidos	(14.397)	(4.734)
Participações nos Lucros e Resultados	(3.004)	-
Programa de remuneração variável	529	-
Provisão para contingências	71.637	64.818
Provisão para obrigações fiscais	33.170	-
Outras	(10.620)	9.304
Total	53.789	1.305.177

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Obrigações fiscais diferidas		
Adições / (Exclusões)		
Ajuste a mercado de derivativos	(168.446)	-
Ajuste a mercado de TVM	(3)	(10)
Ajuste a mercado de operações de crédito	519.739	(346.097)
Total	351.290	(346.107)

c. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos com efeito sobre contas patrimoniais no período

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Ativo (Outros créditos - Diversos)		
Saldo inicial	3.143.903	1.276.667
Prejuízo fiscal	-	59.690
Base negativa	-	37.152
Ajuste a mercado de TVM	82.890	(6.567)
Ajuste a mercado de derivativos	(315.566)	317.122
Ajuste a mercado de operações de crédito	68.336	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	223.707	821.826
Provisão para perdas com créditos cedidos	(14.397)	(4.734)
Participações nos Lucros e Resultados	(3.004)	-
Programa de remuneração variável	529	-
Provisão para contingências	71.637	64.818
Provisão para obrigações fiscais	33.170	-
Compensação de ativos fiscais diferidos	439.465	(445.199)
Outros	(10.622)	9.304
Saldo final	3.720.048	2.130.079

	01/01 a 30/06/2013	01/01 a 30/06/2012
Passivo (Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias)		
Saldo inicial	-	-
Ajuste a mercado de derivativos	168.446	-
Ajuste a mercado de TVM	(88.172)	99.103
Ajuste a mercado de operações de crédito	(519.739)	346.096
Compensação de passivos fiscais diferidos	439.465	(445.199)
Saldo final	-	-

d. Composição do crédito tributário e obrigações fiscais diferidas

	30/06/2013	30/06/2012
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido - Ativo	3.720.048	2.130.079
Prejuízo fiscal	-	59.690
Base negativa	-	37.152
Ajuste a mercado de TVM	82.890	-
Ajuste a mercado de derivativos	-	346.774
Ajuste a mercado de operações de crédito	68.336	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.728.888	1.984.959
Provisão para perdas com créditos cedidos	107.768	97.165
Participações nos Lucros e Resultados	23.019	-
Programa de remuneração variável	529	-
Provisão para contingências	373.120	188.554
Provisão para obrigações fiscais	(a) 465.932	138.494
Compensação de passivos fiscais diferidos	(b) (168.446)	(742.098)
Outros	38.012	19.389
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido - Passivo	-	-
Ajuste a mercado de TVM	-	99.103
Ajuste a mercado de derivativos	168.446	-
Ajuste a mercado de operações de crédito	-	642.995
Compensação de passivos fiscais diferidos	(b) (168.446)	(742.098)
Créditos tributários líquidos do passivo fiscal diferido	3.720.048	2.130.079

Demonstrativo dos valores compensados de ativos e passivos fiscais diferidos:

	30/06/2013	30/06/2012		
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Valor total antes da compensação dos créditos tributários	3.888.494	168.446	2.872.177	742.098
Compensação das obrigações fiscais diferidas (Passivos) contra créditos tributários (Ativos)	(b) (168.446)	(168.446)	(742.098)	(742.098)
Valor líquido após a compensação dos créditos tributários	3.720.048	-	2.130.079	-

(a) Em decorrência da ação judicial que discute a base de cálculo da COFINS, a BV Financeira possui Mandado de Segurança no qual discute a ocasião da dedutibilidade da COFINS no Lucro Real e na base de cálculo da CSLL. Para fins de adequação das Demonstrações Contábeis, no semestre, foi constituído crédito tributário correspondente, de acordo com as características / argumentações da referida discussão judicial no montante de R\$ 327.186 até 30 de junho de 2013.

(b) A BV Financeira passou a registrar as demonstrações contábeis os valores dos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias pelo valor líquido de suas obrigações fiscais diferidas, em consonância com o disposto no art. 1º, inciso II, parágrafo 2º da Resolução nº 3.059/2002 do Conselho Monetário Nacional, o qual dispõe que o registro de créditos tributários deve ser acompanhado pelo registro de obrigações fiscais diferidas e, quando há compatibilidade de prazos na provisão de realização e de exigibilidade, os valores ativos e passivos referentes a créditos e obrigações tributárias devem ser compensados. Para fins de comparabilidade, os saldos de 2012 foram reclassificados para refletir essa compensação.

e. Expectativa de realização do crédito tributário

	Valor nominal	Valor presente
Em 2013	554.514	530.588
Em 2014	728.976	631.834
Em 2015	423.891	325.813
Em 2016	658.077	455.860
A partir de 2017	1.354.590	781.499
Total	3.720.048	2.728.394

No 1º semestre de 2013, observou-se a realização de créditos tributários na BV Financeira no montante de R\$ 555.901, correspondente a 71% da respectiva projeção de utilização para o período de 2013, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2012. Não existem créditos tributários não ativados.

38 Partes relacionadas

a. Sumário das transações com partes relacionadas
As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e o Conglomerado Industrial Votorantim, sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A..

	30/06/2013	30/06/2012
Ativo / (Passivo)		
Disponibilidades		
Banco Votorantim S.A.	1.649	2.03